

“É pouco provável que tenhamos grande transferência de tecnologia”, diz Telebrás

O presidente da Telebrás, Caio Bonilha, praticamente descarta que haverá uma transferência significativa de tecnologia para o Brasil na montagem do primeiro Satélite Geoestacionário Brasileiro (SGB), com previsão de lançamento em 2014. “Pelo pouco conhecimento que eu tenho nessa área, mas considerando os prazos que nós teremos que cumprir, acho muito pouco provável que tenha grande transferência de tecnologia. Nós vamos aprender com esse primeiro satélite”, afirma ele.

[Siga a SECTAM no Twitter!](#)

Bonilha disse que será criada uma empresa em parceria com a iniciativa privada, mas ele disse que ainda não está definida o tamanho da participação da Telebrás nessa empresa e nem como será a atuação do Inpe e da AEB no projeto. Especula-se que o parceiro privado poderia ser a Mectron, da Odebrecht, ou a Embraer.

O grupo de trabalho com membros da Telebrás, da AEB e do Inpe produzirá um termo de referência com as especificações técnicas do produto que será comprado, bem como as condições em que acontecerá a transferência de tecnologia. Esse trabalho deverá ser feito nos próximos 60 dias.

O SGB será um satélite de aproximadamente 5 toneladas e terá parte da capacidade destinada para as comunicações militares em banda x. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse na última quinta-feira que seriam entre 3 ou 4 transponders para os militares, mas Bonilha não confirma a informação. “Isso eu não sei e se soubesse, é confidencial”.

Perguntado se o aparelho terá capacidade também em outras bandas como banda C, Ka ou Ku, Bonilha também disse que não tem essa informação, alegando que o grupo de trabalho formado para tratar do assunto teve sua primeira reunião apenas na última quinta, 29. Ele também disse não saber se a parceria com a iniciativa privada se dará por meio de uma PPP. “O grupo de trabalho é que vai responder essas questões”.

MP

Foi publicada nesta sexta, 30/09, no Diário Oficial da União, a MP 544 que estabelece normas especiais para a contratação e desenvolvimento de produtos e serviços de defesa, entre eles satélite. A medida desonera as compras de PIS/Cofins e IPI e faz parte do Plano Brasil Maior, anunciado em agosto pela presidenta Dilma Rousseff.

Fonte: Teletime